



**SOCIEDADE  
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

# **VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA**

**19 a 22 Junho 2012**

**Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação**

---

**ÁREA TEMÁTICA: MIGRAÇÕES, ETNICIDADE E RACISMO**

---

**DISCRIMINAÇÃO PERCEBIDA POR IMIGRANTES NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA:  
ELEMENTOS DE COMPARAÇÃO ENTRE DOIS CONCELHOS**

---

MENDES, Maria Manuela  
Doutora em Ciências Sociais  
CIES-IUL e FA-UTL  
mamendes@fa.utl.pt

---

CANDEIAS, Pedro  
Mestrando em Sociologia  
CIES-IUL  
pedromecandeias@gmail.com



### Resumo

Em Portugal, os estudos sobre a discriminação face aos imigrantes concentram-se quase que exclusivamente, ora sobre a população autóctone, ora sobre a população estrangeira. Os primeiros têm privilegiado o uso de metodologias quantitativas/extensivas, enquanto os segundos revelam uma preferência bem clara por metodologias qualitativas/intensivas, focalizando-se em segmentos específicos da população (jovens ou imigrantes de uma dada nacionalidade). Assim, há poucos estudos longitudinais, assim como aqueles em que a população imigrante é extensamente estudada, abrangendo imigrantes de diversas origens nacionais. É nosso objectivo discutir e comparar alguns dos resultados derivados de uma pesquisa de pendor predominantemente quantitativo em que se utilizou a técnica do inquérito por questionário a imigrantes residentes em dois municípios da Área Metropolitana de Lisboa com histórias locais de imigração bem distintas: Oeiras e Sesimbra, tendo-se inquirido 840 imigrantes (422 em Oeiras e 418 em Sesimbra). Tendo como enfoque de análise a discriminação percebida/percebida definida como “a group member’s subjective perception of unfair treatment of ethnic groups or members of such groups, based on racial prejudice and ethnocentrism.” (Neto, 2006, p. 90) questionou-se os imigrantes se alguma vez se tinham sido discriminados por motivos étnico-raciais, tendo-se constatado que mais de 40% dos imigrantes já tinham sido discriminados pelo menos uma vez, desde que se fixaram em Portugal. Com esta comunicação pretende-se discutir de forma comparada os principais preditores relacionados com a discriminação percebida/percebida (i) sócio-demográficos, ii) contacto com a população autóctone e iii) aculturação/proximidade cultural) pelos imigrantes residentes nos 2 concelhos.

### Abstract

In Portugal, studies on discrimination against immigrants are concentrated almost exclusively on either the autochthonous population, or over the foreign population. The former have favored the use of quantitative methodologies/extensive, while the latter showed a clear preference for qualitative methodologies/intensive, focusing on specific segments of the population (young people or immigrants of a given nationality). There are few studies in which the immigrant population is extensively surveyed, covering its diverse origins, life trajectories and social position in the host society. Our aim is to discuss and compare some of the results derived from a predominantly quantitative research bias which used the technique of the questionnaire survey to immigrants living in two municipalities of the Metropolitan Area of Lisbon with distinct local stories of immigration in Oeiras and Sesimbra, where we asked 840 people with an immigrant background (422 in Oeiras and 418 in Sesimbra). We focus on the view of victims of racism and discrimination, basically on perceived discrimination defined which is “may be referred to as a group member’s subjective perception of unfair treatment of ethnic groups or members of such groups, based on racial prejudice and ethnocentrism” (Neto, 2006, p. 90). In this context, immigrants were asked whether they are in Portugal since they has ever been discriminated by ethnic-racial grounds, it was found that over 40% of immigrants had already been discriminated at least once, since they settled in Portugal. With this presentation we intend to discuss in a comparative major predictors related to perceived discrimination: (i) socio-demographic, ii) contact with the autochthonous population and iii) acculturation/cultural proximity) by immigrants living in the two counties.

Palavras-chave: imigrantes, Área Metropolitana de Lisboa, discriminação, representações, Portugal

Keywords: immigrants, Lisbon Metropolitan Area, discrimination, representations, Portugal



## 1. QUESTÕES E OBJECTIVOS DE ANÁLISE

O principal objectivo desta comunicação é dar a conhecer representações sobre eventos e experiências percebidos como discriminatórios por parte dos imigrantes residentes em 2 concelhos da Área Metropolitana de Lisboa (AML). Embora existam diferentes formas de operacionalizar o conceito em análise, tomamos como objecto a perspectiva das vítimas, ou seja a discriminação percebida. Seguimos Neto (Neto, 2006 p.90) ao afirmar que “*perceived ethnic discrimination may be referred to as a group member’s subjective perception of unfair treatment of ethnic groups or members of such groups, based on racial prejudice and ethnocentrism.*” Esta percepção parece depender em grande medida da forma como as representações colectivas face ao racismo estão enraizadas não só nos grupos discriminados, mas também nos grupos perpetradores. Uns tendem a sobrevalorizar, mesmo nos discursos, eventos que quotidianamente são percebidos como tal e os outros tendem a minimizar tais acontecimentos. Há pessoas e grupos que encaram o racismo como uma ameaça ambiental, tendendo a proteger-se e a manter níveis de vigilância e de alerta face a essa ameaça, mas por outro lado, tais pessoas podem também estar motivadas para minimizar (em vez de perceber) o racismo no quotidiano (Adams, Tormala, & O’Brien, 2006 p.617).

Em Portugal registam-se vários estudos em que a temática do racismo é abordada na óptica das vítimas. Estes trabalhos têm incidido o seu enfoque de análise em segmentos específicos da população imigrante, ora nos jovens imigrantes ou imigrantes de segunda geração (Neto, 2006, 2010; Vala, 2003); ora em imigrantes de origens específicas como o caso dos cabo-verdianos (Saint-Maurice, 1997); guineenses (Machado, 2002), jovens angolanos (Cabecinhas, 2007), europeus de Leste (Mendes, 2007); ou africanos no geral (Marques, 2007). Parece que existe uma lacuna na investigação em Portugal sobre os fenómenos do racismo, pois não foram desenvolvidos estudos que abrangessem os cidadãos imigrantes em diferentes fases do seu ciclo de vida com diversas origens nacionais. Tendo por base bibliografia sobre este tópico, procurar-se-á perceber quais os factores que mais contribuem para explicar a discriminação percebida (sócio-demográficas, hipóteses de contacto e hipóteses de similaridade).

O texto divide-se em várias componentes: na primeira, efectua-se uma breve apresentação do fenómeno imigratório nos 2 concelhos, num segundo momento, discutem-se as opções teóricas e conceptuais, transitando a discussão para as questões de metodologia (3º momento), enquanto que a 4ª componente diz respeito à discussão dos resultados e por último, dão-se conta de algumas notas (in)conclusivas.

## 2. CONTEXTOS DE ANÁLISE: MUNICÍPIOS DE OEIRAS E SESIMBRA

Em 2010 residiam legalmente em Portugal, 445.262 estrangeiros sendo quase metade oriundos dos países lusófonos (49%), destacando-se o Brasil (27%), Cabo Verde (10%), Angola (5%) e Guiné-Bissau (4%). As outras nacionalidades mais relevantes são a Ucrânia (11%) e Roménia (8%) (SEF, 2010). Desde a década de 80 que se verifica uma tendência para um padrão de concentração residencial por parte dos imigrantes, sendo mais vincado na AML, abrangendo mais recentemente a região do Algarve. Embora Oeiras e Sesimbra se encontrem em margens opostas do Rio Tejo, ambos os concelhos também se localizam na AML.

No concelho de Oeiras, em 2001 a proporção de população estrangeira residente era superior à média nacional (4,7% para Oeiras, 2,2% para Portugal), contudo, esse valor era ligeiramente inferior ao observado para a Grande Lisboa (5,2%). Do total da população residente no concelho de Sesimbra em 2001, apenas cerca de 3% não tinha nacionalidade portuguesa; sobressaindo neste grupo dos estrangeiros a importância dos imigrantes provenientes do Brasil (22%), Angola

21% e Cabo Verde (11%). Contudo, estamos cientes de que os dados censitários, não abarcam, por um lado, os imigrantes não regularizados e, por outro, os fluxos do Leste da Europa que assumiram uma dimensão de maior relevância entre 2000 e 2005 (W. Rodrigues, Amor, & Matias, 2005 pp.30-33).

### **3. QUESTÕES TEÓRICAS E CONCEPTUAIS: REPRESENTAÇÕES FACE À DISCRIMINAÇÃO**

As representações sociais dizem respeito ao modo como nós, sujeitos sociais, apreendemos a realidade que nos circunda e remete para o conjunto de fenómenos e explicações, criados no quotidiano e decorrentes da comunicação interindividual (Simões, 2007). A partir da investigação em representações sociais podemos entender a forma como os indivíduos apreendem o mundo envolvente, num esforço para o compreender e resolver os seus problemas (Simões, 2007). Para além de ser algo de iminentemente cognitivo, está-se perante um acto de conhecimento que é activado por uma prática e é influenciado pelo discurso que circula na sociedade. As representações sociais funcionam como um “mapa” cognitivo, tornando a realidade social compreensível, ordenando as relações sociais e os comportamentos de cada um face aos outros, servindo para que cada um se localize, a si e aos outros (Moscovici, 1988; A. Rodrigues, Sousa, & Marques, 1986 p.387).

Na literatura, o conceito de racismo oscila entre a “*inflação*”(Machado, 2000; Miles, 1989) e a “*deflação conceptual*”(Miles & Brown, 2003). Por um lado o conceito abrange um amplo conjunto de fenómenos, sendo evidente a imprecisão e elasticidade que marca muitas das suas definições (Machado, 2000 p.9), já que remete não só para aspectos de ordem ideológica (forma de classificação e de hierarquização biológica, social e cultural), mas também para práticas não intencionais e processos de consequências não expectáveis (racismo institucional), alargando-se o seu significado a todas as práticas e actividades que levam à subalternização e exclusão continuada de um dado grupo, e à manutenção da dominação de um grupo sobre outro (Miles & Brown, 2003 p.58-71). Ao longo do tempo, o conceito foi readquirindo sofisticação e complexidade e, paralelamente à sua inflação também se verifica a sua deflação conceptual (Miles & Brown, 2003 pp.112-113), sustentando-se que, mais do que uma doutrina, o racismo deve ser definido de forma restrita, enquanto ideologia, de modo a ter alguma operacionalidade e valor analítico (Mendes, 2007).

Num esforço de síntese e sistematização perante a diversidade de definições possíveis, Taguieff (1991 p.14) identifica no racismo 3 dimensões constitutivas, articuladas entre si: *ideologia*, *preconceito* e *prática discriminatória*. A *ideologia racista* pode manifestar-se sob a forma de doutrina nas concepções face ao mundo, numa determinada visão da história, na filosofia e em teorias pseudo-científicas (Taguieff, 1987 p.228). Fundamenta-se em ideias que postulam o determinismo biológico dos comportamentos, associado à hereditariedade bio psíquica ou bio cultural diferencial, bem como às desigualdades entre grupos “*superiores*” e “*inferiores*” (Taguieff, 1987 p.229), o que não deixa de ser uma forma de diminuir o Outro retirando daí vantagens, como é referido por Memmi (1993). Enquanto ideologia explícita e pseudo-científica, o racismo emergiu na Europa e na América do Norte na última metade do séc. XIX, e foi intelectualmente hegemónico até aos anos 20 (van den Berghe, s.d.).

Atendendo essencialmente ao racismo enquanto *prática discriminatória*, é de sublinhar que a discriminação, nomeadamente racial, tem reflexos em práticas e comportamentos de carácter colectivo, que podem ser observáveis e mensuráveis e que não podem ser dissociados de “*modos de funcionamento social*”. As práticas discriminatórias surgem ligadas à defesa dos interesses de determinado grupo (Mendes, 2007).

A *discriminação* impõe ao grupo racizado um tratamento diferenciado em diversos domínios da vida social, inferiorizando os modos e as formas segundo os quais ele participa. A discriminação racial remete assim para um tratamento desigual e desfavorável (e injusto) de indivíduos, tendo em conta as suas origens raciais. Para além da raça, outros critérios a partir dos quais se poderão gerar comportamentos discriminatórios são a cor, a ascendência, a origem nacional ou étnica, etc. Feagin (in Brüß, 2008 p.877) define discriminação as *'actions carried out by members of dominant groups, or their representatives that have a differential and harmful impact on members of subordinate groups'*.

Anthias assinala as práticas discursivas e sistémicas enquanto formas diversificadas de discriminação. O *racismo de carácter sistémico* aproxima-se do *racismo institucional*, sendo concebido como um produto de consequências estruturais, ou seja, resultante de uma série de efeitos “não intencionais” de determinadas estruturas. Para Miles (1989 p.60), este conceito tende a centrar-se exclusivamente nas consequências do comportamento discriminatório, omitindo-se por vezes, os processos que produzem e reproduzem as desigualdades. Miles e Brown (2003 p.69) deixam claro que o termo racismo institucional é geralmente usado com pouco rigor analítico. Nesta perspectiva, o racismo é encarado como sistema de efeitos. Manifesta-se em situações em que os grupos não são ostensivamente confrontados com a racialização no discurso, mas tornam-se racializados, devido aos efeitos das estruturas; contudo, não experienciam de forma directa discriminação racial ou formas intersubjectivas de racismo (Anthias, 1990 pp.24-31). O racismo sistémico diz respeito não só à construção de ideologias racistas mas também à manutenção dos privilégios, da riqueza e do poder. As pessoas não experienciam relações sociais no abstracto, mas de forma concreta e recorrente em situações sociais. No fundo, quer enquanto perpetrador, quer enquanto receptor de discriminação, o indivíduo insere-se numa complexa teia de relações alienantes (Smelser & Bales, 2001 p.12 713). A sua importância atesta a não continuidade entre preconceito e discriminação. Contudo, o racismo quotidiano não se manifesta apenas nas relações impessoais e anónimas, estendendo-se igualmente à esfera institucional. O racismo interindividual (relacional) e o racismo institucional (estrutural) relevam de duas esferas distintas – a esfera privada e a esfera pública. O racismo quotidiano não se manifesta apenas nas relações impessoais e anónimas, estende-se igualmente à esfera institucional. O conceito de racismo quotidiano permite assim articular o micro-nível (nível do vivido) e o macro-nível (nível estrutural e ideológico), percebendo-se assim melhor a continuidade de um a outro (Oommen, 1994 p.105). Para Essed (1991), este tipo de racismo concretiza-se numa espécie de ideologia da diversidade que está subjacente à norma anti-racista (flagrante); a autora vai mais longe e explica as suas manifestações: a objectivação do Outro, sobrevalorizando-se e exagerando-se as diferenças, a difamação cultural do Outro, enquanto inferior e incivilizado; faz alusão ainda ao que chama de “eurocentrismo”, bem presente por exemplo num país como a Holanda, em que a norma é a forma de ser, pensar e agir da maioria (Essed, 1991 pp.189-194). Esta ideologia da diversidade assenta na objectivação do Outro, tendendo-se a sobrevalorizar e a exagerar as diferenças, verificando-se, frequentemente que essas diferenças são mais sentidas do que comunicadas e exteriorizadas verbalmente. Reconhecer a diferença significa a atribuição de uma qualidade superior e inferior (hierarquiza), pelo que a afirmação de uma diferença neutra é impossível de se fazer num mundo social que espontaneamente hierarquiza a diferença (Tabloni, 2001 p.82).

Apesar do carácter poliédrico do conceito de discriminação, em particular, neste contexto de análise, interessa tomar como enfoque a discriminação percebida, intentando-se testar diversas hipóteses sugeridas pela literatura, mas concretamente, hipóteses sócio-demográficas, de contacto e de similaridade cultural.

## **4. HIPÓTESES**

### **4.1. EXPLICAÇÕES SÓCIO-DEMOGRÁFICAS**

Atendendo à *idade*, é esperado que o sentimento de discriminação tenha maior incidência nos grupos etários mais jovens. Por um lado deve existir um maior desejo de mobilidade social nos estratos mais jovens; concomitantemente, deve existir uma maior tendência para a população jovem comparar as suas condições de vida/a sua qualidade de vida com a da população autóctone (Brüß, 2008 p.881).

A relação entre o sentimento de discriminação e a *escolaridade* deve seguir o sentido em que, quanto mais elevada for a escolaridade do imigrante, maior será a sua propensão para denunciar práticas de discriminação. Supõe-se que pessoas com qualificações escolares mais elevadas possuam maior discernimento e sensibilidade para dar conta de situações de discriminação (Brüß, 2008 p.881). Também para Essed (1991) a formação escolar é um dos factores que permite às minorias possuírem uma maior capacidade para interpretar situações de racismo quotidiano como tal.

A *condição socioeconómica* tem-se demonstrado relacionada com o sentimento de discriminação, indivíduos que ocupam posições superiores tendem a sentir-se mais discriminados. Contudo, não existe uma explicação clara para este fenómeno, pois não é possível aferir se tal se deve a uma maior exposição a contextos/situações racistas ou a uma maior propensão para interpretar situações racistas como tal (Paradies & Cunningham, 2009 p.567). Para o presente trabalho toma-se a profissão como indicador da condição socioeconómica.

Quanto à nacionalidade Wilpert (in Pettigrew, 1998 p.89) classifica como “discriminação indirecta” os constrangimentos que são impostos aos imigrantes que não possuem nacionalidade de países membros da UE a nível de habitação, emprego, e acesso à educação. No caso português acrescentamos ainda as limitações a nível de participação cívica e política. A um outro nível, a naturalização pode dar ao imigrante um maior sentimento de bem-estar psicológico e conforto/tranquilidade, bem como um maior sentimento de integração. Assim, espera-se que imigrantes que tenham obtido a nacionalidade portuguesa tendam a considerar-se menos frequentemente discriminados que imigrantes com nacionalidade estrangeira.

### **4.2. HIPÓTESES DE CONTACTO**

A residência num bairro com uma elevada heterogeneidade étnica e homogeneidade a nível de posicionamento na estrutura social pode potencializar o contacto com a população autóctone, dando origem a uma maior convivência e menores níveis de preconceitos negativos para com o grupo minoritário (Pettigrew, Wagner, & Christ, 2010). Alguns estudos realizados no campo da psicologia social evidenciam que o contacto intercultural enquanto factor pessoal e situacional está relacionado com as atitudes face aos imigrantes (Ward & Masgoret, 2006).

No entanto, a segregação nos contextos de vizinhança, nas escolas e nos locais de trabalho é um fenómeno evidenciado em outros estudos (Pettigrew, et al., 2010), a segregação restringe o contacto intergrupar e, simultaneamente, aumenta a ameaça intergrupar.

Dailey et al. (2010) demonstraram que, nos EUA, em bairros onde existe uma maior proporção de negros existe menor probabilidade dos inquiridos negros declararem que já foram alvo de discriminação. No sentido contrário, minorias que habitam em zonas maioritariamente compostas por autóctones com status socioeconómico elevado tendem a ter uma maior percepção da sua posição inferiorizada e a sentirem-se mais frequentemente discriminados.

Embora equacionemos esta hipótese ancorada nos resultados destes estudos devemos ter em conta que, no que toca a esta temática, não existe consenso, quer a nível teórico, quer a nível empírico. Isto porque em muitos casos, a coexistência multi-étnica a nível de bairro pode ser marcada por tensões e conflitos. Resultados de entrevistas exploratórias realizadas a representantes das instituições e serviços com intervenção junto da população imigrante deixam transparecer um discurso incontroverso na medida em que aludem a uma situação de coexistência pacífica. A isto, acrescentamos que a vivência em zonas com elevado número de co-étnicos possibilita um suporte emocional e social (Mesch, 2002 p.161), o que assume especial acuidade no caso dos imigrantes com reduzido capital humano (Alba & Nee in Mesch, 2002 p.161). Normalmente, hipóteses desta índole são verificadas através da operacionalização da variável freguesia ou bairro de residência, tendo em conta a proporção de população estrangeira aí residente. Contudo, no caso do nosso estudo, a variável tipo de arrendamento parece-nos ser mais robusta, pois por um lado, existem na nossa amostra freguesias com uma baixa densidade de habitantes estrangeiros, por outro lado, mesmo em freguesias com elevada proporção de população estrangeira, esta tende a estar concentrada em determinadas zonas/bairros. Para testar esta hipótese recorreremos à variável tipo de arrendamento, isolando as três principais categorias (arrendamento privado, arrendamento público e proprietário), uma vez que nos bairros de habitação social em Oeiras existe uma elevada proporção de população estrangeira: dados de 2006 apontavam para uma proporção de população estrangeira na ordem dos 27% para o total das habitações sociais no concelho, atingindo um valor máximo de 34% numa das freguesias. Embora a população imigrante alojada em habitação social seja na sua grande maioria originária dos PALOP, encontramos também imigrantes naturais das ex-colónias fora destes bairros.

### **4.3. HIPÓTESES DE SIMILARIDADE/ ACULTURAÇÃO**

Segundo as hipóteses da similaridade, uma maior distância cultural em relação ao grupo maioritário pode provocar alguma hostilidade face ao exogrupo. Segundo Byrne (in Neto, 2006 p.93) existe a tendência para uma menor discriminação de imigrantes mais aculturados, uma vez que possivelmente estamos perante indivíduos mais semelhantes culturalmente face à população autóctone.

Quanto às variáveis *naturalidade*, para Dion e Kawakami (1996) os grupos étnicos mais próximos da população autóctone a nível cultural e fenotípico revelaram ser os que menos se sentiram discriminados. Lages et al. (2006) identificaram os grupos étnicos culturalmente mais próximos e mais distantes da população portuguesa. Apuraram que, dos três grupos étnicos mais representados em Portugal (africanos, brasileiros e europeus de Leste), os brasileiros foram considerados pelos portugueses os mais semelhantes consigo a nível cultural, os africanos numa posição intermédia e os europeus de Leste os mais distantes (p. 273). Assim, é de esperar que, de acordo com a naturalidade dos inquiridos, os brasileiros se considerem menos discriminados do que a população de origem africana.

O *uso da língua mãe* tem sido relacionado com o sentimento de discriminação na medida em que, imigrantes que comunicam mais na sua língua materna terão maior probabilidade de se sentirem discriminados (Goto, Gee, & Takeuch, 2002; Neto, 2006). De acrescentar que as dificuldades de comunicação podem criar obstáculos à interpretação de situações discriminatórias ambíguas. Para testar esta hipótese recorreremos às respostas recolhidas numa pergunta sobre a principal língua falada em casa, dicotomizando a variável em “língua portuguesa”/“língua estrangeira”.

O *número de anos de residência* na sociedade de acolhimento pode influenciar o sentimento de discriminação. Goto et al. (2002 p.216) argumentam que o tempo de enraizamento na sociedade de acolhimento está relacionado como um sentimento de discriminação mais acentuado no sentido em que imigrantes mais recentes são imigrantes menos aculturados, mais distantes culturalmente da sociedade autóctone.

## 5. METODOLOGIA

A componente empírica deste estudo está subdividida em dois momentos. Na primeira fase, efectuámos o tratamento e a análise de fontes documentais de carácter secundário para contextualizar o fenómeno migratório nos 2 concelhos, num segundo momento, procedemos à aplicação de 422 inquéritos por questionário a imigrantes residentes em Oeiras e 418 a imigrantes de Sesimbra. Foi desenhada uma amostra por quotas, com base nas nacionalidades dos estrangeiros residentes no momento do Censo de 2001. As quotas propostas eram indicativas, tendo em conta a desactualização dos dados.

Por estarmos perante uma população de difícil acesso, as metodologias de inquirição convencionais com recurso a amostras aleatórias não seriam viáveis. Assim, recorremos a um método semelhante ao que Lages et al.(2006 pp.52-53) consideram de amostra focalizada, em que, numa 1ª fase, são seleccionadas *a priori* zonas onde sabemos que iremos encontrar população a inquirir, numa 2ª fase deslocamo-nos a essas zonas com equipas de inquiridores. Para conseguir obter uma amostra o mais heterogénea possível foi necessário conhecer e diversificar os locais de inquirição.

A população a inquirir consistia em imigrantes com idade igual ou superior a 16 anos com nacionalidade ou naturalidade de um país não pertencente à União Europeia. Naturais de países fora da União Europeia que posteriormente tenham obtido nacionalidade de um desses estados também poderiam ser inquiridos.

## 6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Na tabela 1 analisa-se de forma comparada as variáveis independentes. Em termos de estrutura etária, grande parte dos imigrantes inquiridos encontra-se em idade ativa, embora a população inquirida seja mais jovem no concelho de Sesimbra; é especialmente no último escalão etário (mais de 60 anos) que se observa a maior diferença (18% vs. 3%). Em termos de habilitações escolares os imigrantes de Oeiras apresentam níveis de escolaridade inferiores aos dos imigrantes de Sesimbra. Enquanto em Oeiras mais de metade da amostra possui no máximo o 2º ciclo do ensino básico, em Sesimbra quase 60% possui o 3º ciclo, o ensino secundário ou equivalente, o que pode ser, em parte, reflexo da estrutura etária. Em termos profissionais as três categorias dominantes (pessoal dos serviços e vendedores; operários e artífices; trabalhadores não qualificados) abrangem cerca de 80% da população imigrante em ambos os concelhos, embora com proporções ligeiramente diferentes: em Sesimbra os serviços e vendas são o contexto de inserção profissional mais comum, em Oeiras são os trabalhos não qualificados. Em termos de naturalizações, são maioritários, em ambos os concelhos, os imigrantes apenas com nacionalidade estrangeira, no entanto, as naturalizações em Oeiras são o dobro das em Sesimbra (20% vs. 10%). No que respeita o tipo de arrendamento, a maioria dos imigrantes inquiridos em Oeiras residia em habitação social situação que é residual em Sesimbra (3%), concelho onde predominam os arrendamentos privados (67%). Uma das principais diferenças entre os dois concelhos prende-se com o tempo de permanência em Portugal, enquanto um terço dos imigrantes inquiridos em Oeiras reside em Portugal há 30 anos ou mais, em Sesimbra apenas

10% detêm um enraizamento tão consolidado, até porque neste concelho, a maioria dos imigrantes está aqui radicada há menos de 9 anos. Tal também decorre das temporalidades, fluxos e origem nacional dos imigrantes, enquanto quase metade dos imigrantes inquiridos em Oeiras era originário de Cabo Verde, esse valor não chega a 20% dos inquiridos em Sesimbra, a situação inverte-se quando são contabilizados os imigrantes brasileiros, a maioria em Sesimbra, onde a segunda categoria mais frequente, os cabo-verdianos não chegam a 20% da amostra. Por fim, no que respeita à principal língua falada em casa, predomina o português em ambas as amostras, embora seja mais comum ainda em Sesimbra (78% vs. 61%) provavelmente devido à maioria dos imigrantes brasileiros em Sesimbra, quando comparados com a maioria cabo-verdiana de Oeiras onde alguns falam o crioulo de Cabo Verde em casa.

Variáveis	Oeiras	Sesimbra	Variáveis	Oeiras	Sesimbra
<b>Sociodemográficas</b>			<i>Nacionalidade</i>		
<i>Idade</i>			Estrangeira	59,0	77,5
≤19	2,8	6,5	Dupla	20,9	12,9
20 - 29	20,6	27,3	Portuguesa	20,1	9,6
30 - 39	19,7	33,5	<b>Contacto</b>		
40 - 49	19,2	19,1	<i>Tipo de arrendamento</i>		
50 - 59	19,7	10,8	Arrendamento privado	35,0	67,1
>60	18,0	2,9	Arrendamento público (social)	50,2	2,9
<i>Escolaridade</i>			Proprietário	14,7	30,0
Inferior ao 1º ciclo	17,9	1,7			
1º ciclo	22,9	13,8	<b>Aculturação/similitude cultural</b>		
2º ciclo	11,7	17,5	<i>Número de anos em Portugal</i>		
3º ciclo	18,8	29,6	0 - 9	27,5	62,5
Secundário + curso médio/profissional	21,7	30,3	10 - 19	19,3	21,5
Superior	7,1	7,0	20 - 29	19,8	5,7
<i>Profissão</i>			>30	33,5	10,4
Quadros superiores + prof. intelectuais e científicos	4,5	6,6	<i>Naturalidade</i>		
Técnicos e profissionais intermédios	3,6	1,9	Angola	13,5	11,5
Pessoal administrativo	3,9	4,1	Cabo Verde	48,1	18,3
Pessoal dos serviços e vendedores	29,7	35,4	Outros PALOP	12,3	7,9

Trabalhadores da agricultura e pesca	1,4	3,0	Brasil	18,7	51,0
Operários e artífices	19,9	24,5	Outros países	7,3	11,3
Operadores de máquinas e montagem	5,3	4,4			
Trabalhadores não qualificados	31,7	20,1	Português como principal língua falada em casa	61,4	77,8

Tabela 1 - Medidas descritivas, % (Oeiras n=422, Sesimbra n=418)

A variável dependente resulta das respostas à questão: “Já alguma vez se sentiu discriminado(a) por motivos raciais ou étnicos em Portugal?”. Face a esta questão, responderam afirmativamente, 46% dos imigrantes inquiridos em Oeiras e 40% dos imigrantes residentes em Sesimbra.

No que se refere à discriminação percebida e percepcionada pelos inquiridos (tabela 2), denota-se que em ambos os concelhos a idade parece ter efeito na discriminação percebida por parte dos imigrantes, sendo aqueles com idades compreendidas entre os 20 e os 49 anos aqueles que mais sentem discriminados. A relação da escolaridade com o sentimento de discriminação apenas se revela significativa no concelho de Oeiras, sendo os imigrantes com o 3º ciclo e o ensino superior os que apresentam maiores percentagens de discriminação percebida, em Sesimbra, embora a distribuição seja independente, é nas duas categorias superiores (superior e secundário ou equivalente) que se observa a maior percentagem de imigrantes que já se sentiu discriminado. Analisando o cruzamento da variável dependente pelas principais categorias sócio-profissionais: em Oeiras, a percepção de discriminação é mais comum nos quadros superiores, profissionais intelectuais e científicos; pessoal dos serviços e vendas; e nos técnicos e profissionais intermédios. Já em Sesimbra, o sentimento de discriminação é mais denunciado pelo pessoal administrativo, seguido dos técnicos e profissionais intermédios e do pessoal dos serviços e vendedores, respectivamente. Em ambos os concelhos, não se observam diferenças significativas de acordo com as naturalizações, para além das percentagens apresentarem ordens distintas. No caso da hipótese de contacto, apenas se verificam diferenças significativas em Oeiras, sendo que os imigrantes que residem em habitação camarária são os que menos se sentem discriminados, em Sesimbra, para além da habitação social ser uma situação habitacional que caracteriza um menor número de imigrantes, a distribuição apresenta-se mais homogénea.

No que respeita as hipóteses que remetem para a proximidade cultural destaca-se na análise por naturalidade a baixas percentagens dos cabo-verdianos em relação às outras origens, em Oeiras destacam-se as elevadas percentagens de percepção de discriminação nos imigrantes angolanos e brasileiros, enquanto em Sesimbra apenas se aponta o primeiro grupo. Por fim, em ambos os concelhos, são os imigrantes que falam o português em casa aqueles que apresentam maiores percentagens de discriminação percebida.

Variáveis	Oeiras	Sesimbra	Variáveis	Oeiras	Sesimbra
<b>Sociodemográficas</b>			<i>Nacionalidade</i>		
<i>Idade</i>	***	**	Estrangeira	45,9	40,2
≤19	58,3	18,5	Dupla	55,7	35,4
20 - 29	54,0	42,7	Portuguesa	39,3	48,7
30 - 39	63,4	48,2	<b>Contacto</b>		
40 - 49	45,0	45,9	<i>Tipo de arrendamento</i>	**	
50 - 59	34,9	20,5	Arrendamento privado	53,8	37,8
>60	31,9	18,2	Arrendamento público (social)	39,0	45,2
<i>Escolaridade</i>	***		Proprietário	57,6	50,0
Inferior ao 1º ciclo	22,5	29,6	<b>Aculturação/similitude cultural</b>		
1º ciclo	38,3	29,8	<i>Naturalidade</i>	***	***
2º ciclo	53,1	35,8	Angola	56,1	60,4
3º ciclo	64,6	41,5	Cabo Verde	36,0	20,6
Secundário + curso médio/profissional	49,5	46,3	Outros PALOP	46,2	48,5
Superior	63,3	51,7	Brasil	67,1	45,0
			Outros países	45,2	23,3
<i>Profissão</i>	*	*	<i>Número de anos em Portugal</i>		
Quadros superiores + prof. intelectuais e científicos	62,5	29,2	0 - 9	45,9	37,3
Técnicos e profissionais intermédios	53,8	57,1	10 - 19	54,8	50,0
Pessoal administrativo	35,7	60,0	20 - 29	50,0	50,0

Pessoal dos serviços e vendedores	59,4	48,8	>30	62,6	35,7
Operários e artífices	38,0	38,2	<i>Principal língua falada em casa</i>	***	**
Operadores de máquinas e montagem	36,8	37,5	Português	54,5	44,1
Trabalhadores não qualificados	41,1	28,8	Outras	34,0	24,4

\*p<0,05, \*\*p<0,01, \*\*\*p<0,001

Tabela 2 – Discriminação percebida por preditores, % e qui-quadrados (Oeiras n=417, Sesimbra n=403)

Por fim, o último nível de análise passa por apresentar uma análise multivariada em que são introduzidos num modelo de regressão todas as variáveis independentes testadas na análise bivariada. Nas variáveis sociodemográficas a idade foi introduzida como variável quantitativa, a escolaridade tem como categoria de referência o “inferior ao 1º ciclo do ensino básico”, nas profissões os trabalhadores não qualificados são a categoria de referência, na nacionalidade tomaram-se como referência os imigrantes naturalizados. Na variável de contacto: o tipo de arrendamento, a categoria omitida é o arrendamento público. No bloco referente às variáveis de aculturação e proximidade cultural a naturalidade de referência é Cabo Verde, nos anos em Portugal omitiu-se o último escalão (mais de 30 anos), e o português como principal língua falada em casa foi introduzida como variável *dummy*.

No que respeita os preditores de ordem sociodemográfica a idade é significativa para os imigrantes em Sesimbra, quanto menor o nº de anos de experiência social e cronológica, menores as chances de se ter sentido discriminado. A escolaridade tem uma relação significativa com a variável dependente apenas em Oeiras, sendo significativa a diferença entre a categoria de referência e o 3º ciclo do ensino básico e o ensino secundário ou equivalente, com maiores chances de sentimento de discriminação nestes últimos. No caso das profissões é transversal em ambos os concelhos a diferença entre o pessoal dos serviços e vendas quando comparados com os trabalhadores não qualificados (a categoria de referência), em Sesimbra é também significativa a diferença face aos técnicos e pessoal intermédio. As naturalizações assumem valores significativos, mas em sentido contrário de acordo com o concelho em análise, em Oeiras, imigrantes com dupla nacionalidade ou com nacionalidade estrangeira apresentam chances mais elevadas de se sentirem discriminados quando comparados com os imigrantes naturalizados, já em Sesimbra observa-se uma diferença significativa quando são comparados os imigrantes estrangeiros com os imigrantes naturalizados, apresentando os primeiros menores chances de se terem sentido discriminados.

O tipo de arrendamento apenas tem uma relação significativa em Oeiras, em que os proprietários da sua habitação têm mais chances de se terem sentido discriminados quando comparados com os imigrantes a residir em habitação social.

A finalizar, ao analisarmos as variáveis associadas à componente aculturativa, em ambos os concelhos os imigrantes brasileiros têm maiores chances de se sentirem discriminados quando comparados com os cabo-verdianos; no caso de Sesimbra a comparação entre angolanos e cabo-verdianos também é significativa. No referente ao nº de anos em Portugal existem algumas diferenças entre os escalões, mas com sentidos inversos, em Oeiras imigrantes em Portugal há menos de 10 anos têm menores chances de se sentirem discriminados quando comparados com os imigrantes em Portugal há mais de 30 anos, já em Sesimbra os imigrantes com uma permanência inferior a 20 anos apresentam maiores chances de se terem sentido discriminados quando comparados com aqueles que cá estão há mais de 30 anos.

Variáveis	Oeiras		Sesimbra	
	B	Odds ratio	B	Odds ratio
<b>Sociodemográficas</b>				
Idade	-0,02	0,98	-0,04**	0,96
<i>Escolaridade</i>				
1º ciclo	0,26	1,29	-0,05	0,95
2º ciclo	0,66	1,94	-0,03	0,97
3º ciclo	1,56*	4,77	-0,12	0,89
Secundário + curso médio/profissional	-1,84*	0,16	-0,12	0,89
Superior	1,15	3,16	0,86	2,37
<i>Profissão</i>				
Quadros superiores + prof. intelectuais e científicos	1,16	3,20	-1,50	0,22
Técnicos e profissionais intermédios	0,60	1,82	2,60*	13,43
Pessoal administrativo	0,10	1,10	-0,20	0,82
Pessoal dos serviços e vendedores	0,98*	2,68	1,06**	2,89
Operários e artífices	-0,27	0,77	0,40	1,49
Operadores de máquinas e montagem	0,36	1,44	-0,28	0,75
<i>Nacionalidade</i>				
Dupla	1,75***	5,77	-1,18	0,31
Estrangeira	1,19*	3,29	-1,78*	0,17
<b>Contacto</b>				
<i>Tipo de arrendamento</i>				
Arrendamento privado	0,41	1,50	-1,22	0,30
Proprietário	1,38*	4,00	0,33	1,39
<b>Aculturação/similitude cultural</b>				
<i>Naturalidade</i>				
Angola	0,69	2,00	3,79***	44,25
Outros países	-1,28	0,28	-0,69	0,50
Outros PALOP	0,22	1,24	1,49	4,44
Brasil	3,13***	22,97	2,25**	9,47
<i>Anos em Portugal</i>				
0-9	-1,32*	0,27	2,46*	11,67
10-19	-0,80	0,45	4,33***	75,87
20-29	0,41	1,51	0,79	2,20
Português principal língua falada em casa	0,34	1,41	-0,75	0,47
Constante	-1,72	0,18	-1,21	0,30

\*p<0,05, \*\*p<0,01, \*\*\*p<0,001

Tabela 3: Coeficientes de regressão logística e *odds ratio* para o sentimento de discriminação em Oeiras e Sesimbra

## 7. NOTAS (IN)CONCLUSIVAS

Apesar de os resultados não seguirem o mesmo sentido em ambos os concelhos e até configurarem tendências contraditórias nas explicações sócio-demográfica (variável naturalização) e na hipótese de aculturação/ similaridade cultural (tempo de residência), tal poderá estar associado em grande medida a uma dimensão contextual e ligada à própria história migratória de cada um dos concelhos, bem como, a relações de convivialidade mais ou menos sedimentada entre autóctones e diferentes vagas de grupos imigrantes que se radicaram em cada um dos concelhos.

Em Sesimbra, os mais jovens são menos discriminados, o que contradita outros estudos realizados por exemplo por Pérez et al. (2008) em que os jovens na maioria das vezes afirmam ser vítimas de discriminação.

Imigrantes e pessoas com credenciais escolares mais elevadas são geralmente mais reflexivos, mais exigentes e sensíveis face às situações de discriminação (Brüß, 2008 p.881), e geralmente esperam ser tratados como iguais (tratamento justo) (Pérez, et al., 2008). Os imigrantes com maior nível de educação são aqueles que são mais propensos a fazer exigências para uma maior igualdade racial na sociedade (Torre, 1999).

Em ambos os concelhos o status sócio-económico parece estar correlacionado com o sentimento de discriminação, na medida em que as pessoas com melhores empregos tendem a se sentir mais discriminado embora não possamos mostrar se tal é devido a maior exposição de definições racistas e situações, ou para uma maior propensão para interpretar situações como racista (Paradies & Cunningham, 2009 p.567). Os grupos profissionais que se sentiram mais discriminados foram os técnicos e pessoal intermédio, porventura estas são profissões sujeitas a uma certa competitividade e constantes exigências, portanto, mais propensas a situações de conflito. Descobrimos também que um número substancial de inquiridos em serviços e vendas alegou ter sido vítima de discriminação, provavelmente por causa da maior exposição e convivialidade com a população autóctone e, portanto, uma maior variedade de situações potencialmente discriminatórias. A naturalização parece ser um factor de prevenção face à discriminação para os imigrantes de Oeiras, enquanto em Sesimbra esta proposição não se verifica.

No que se refere à hipótese de contacto, Dailey et al. (2010) mostram que nos bairros dos EUA com uma maior proporção de negros, é menos provável que os inquiridos afirmem ter sido vítimas de discriminação. No entanto, é importante notar que não há consenso teórico ou empírico sobre esta questão. Sendo Oeiras um concelho que concentra nos seus bairros sociais uma percentagem significativa de pessoas de origem imigrante, constata-se que aqueles que possuem habitações no mercado privado de habitação são os que tendencialmente se sentem mais discriminados.

De acordo com a hipótese de similaridade/distância cultural pode causar hostilidade para grupos minoritários. Goto et al. (2002) e Neto (2006) mostram que a aculturação tem mais impacto sobre o sentimento de discriminação do que as variáveis sócio-demográficas. De acordo com Byrne (in Neto, 2006 p.93), os imigrantes mais aculturados tendem a sofrer menos discriminação porque são culturalmente mais próximos à população indígena.

Esperava-se que os brasileiros se sentissem menos discriminados do que os imigrantes provenientes dos PALOP. No entanto, foram os brasileiros que mais declararam ter sido discriminados, contrariando assim a hipótese proposta. Várias hipóteses alternativas podem ajudar a entender esses resultados. 1) Estas evidências empíricas levam-nos a questionar a relevância do Luso-tropicalismo de Gilberto Freyre. Segundo alguns autores (Alexandre, 1999; Lima & Vala, 2004; Marques, 2007; Vala, 1999), a teoria do luso-

tropicalismo que surgiu na década de 1930 declarou que por causa de seu passado colonial, Portugal era um lugar de “brandos costumes” onde a miscigenação entre os povos era fácil, de modo que o racismo em Portugal é diferente do que existiu em outros contextos coloniais. Esta teoria e ideologia foram usadas pelo regime autoritário do Estado Novo (1933-1974) como propaganda sobre a ausência de racismo em Portugal. A colonização portuguesa é considerada como mais humana do que a espanhola ou inglesa. Havia uma visão romântica do “colonizador perfeito” em especial até meados dos anos 40 (Castelo, 2007 p.248), cuja relação com os povos colonizados foi até aí marcada por amor ao invés de auto-interesse (p. 374). Este argumento sustenta a tese compartilhada por Matthews (2006), segundo o qual, num contexto colonial, durante o processo de socialização, há uma tentativa de interiorização da ideia de que os colonizadores são superiores, e depois, em contextos pós-coloniais, esta ideologia se perpetua através de uma deferência contínua. Dado que as ex-colônias na África e Ásia foram expostos a esta propaganda política por mais tempo do que no Brasil, onde a descolonização aconteceu muito mais cedo, é possível que a população africana pode ter assimilado ou foram influenciados por esta visão ideológica. A ideia de que o português tem um dom especial para a tolerância é um produto do passado imperial do país, (Corkill e Eaton na Baldwin-Edwards & Arango, 1999 pp.159-160), e a teoria de que “o racismo não existe, ou (no pior) é menos difundida entre os europeus do sul” é algo que goza de ampla divulgação. 2) Também pode ser tido em conta a aplicação da teoria da privação relativa de Merton no estudo da discriminação percebida (Matthews, 2006 p.371), segundo o qual os imigrantes tendem a comparar as condições de vida no país de acolhimento com os do país de origem, os imigrantes de países com mais dificuldades tendem a perceber a sua vida em Portugal, relativamente melhor, apesar da discriminação. Portanto, é compreensível que os imigrantes de Angola e Brasil - países cujas condições de vida (ou pelo menos crescimento económico) têm melhorado significativamente nos últimos anos - apresentam níveis mais elevados de discriminação percebida. 3) Podemos também encontrar uma situação de expectativas frustradas em relação à cultura e instituições da sociedade de acolhimento (Pérez, et al., 2008 p.430). De acordo com Sardinha (2011), a situação dos brasileiros em Portugal é particular, como no Brasil há uma representação romântica sobre a situação dos imigrantes em Portugal no Brasil, Portugal é considerado um país em que existe uma grande proximidade cultural; no entanto, a chegada a Portugal acaba por se revelar como frustrante, já que tais expectativas não se realizam, passando Portugal a ser percebido como tradicional e conservador.

Goto et al. (2002 p.216) argumentam que enraizamento no país de acolhimento relaciona-se com sentimentos de ser discriminados. Os imigrantes que vivem há menos tempo em Portugal e em Sesimbra são os que mais frequentemente afirmam que foram discriminados De acordo com a hipótese de similaridade, isso é porque eles são os menos imigrantes aculturados e menos enraizados na sociedade local (e são os nacionais do Brasil), em contrapartida em Oeiras, os imigrantes mais recentes são os que menos denunciam situações de discriminação, porventura porque banalizam as situações de discriminação sistémica e quotidiana ou mesmo quando percebem situações como discriminatórias se sentem menos à vontade e confiantes para verbalizarem tais situações.

## **BIBLIOGRAFIA**

- Adams, G., Tormala, T. T., & O’Brien, L. T. (2006). The effect of self-affirmation on perception of racism. *Journal of Experimental Social Psychology, 42*(5), 616–626.
- Alexandre, V. (1999). O Império e a Ideia de Raça (Séculos XIX e XX). In J. Vala (Ed.), *Novos racismos: perspectivas comparativas* (pp. 133–144). Oeiras: Celta.
- Anthias, F. (1990). Race and class revisited: conceptualizing race and racisms. *The Sociological Review, 38*(1), 19–42.
- Baldwin-Edwards, M., & Arango, J. (Eds.). (1999). *Immigrants and the Informal Economy in Southern Europe*. London: Frank Cass.
- Brüß, J. (2008). Experiences of discrimination reported by Turkish, Moroccan and Bangladeshi Muslims in three European cities. *Journal of Ethnic and Migration Studies, 34*(6), 875–894.

- Cabecinhas, R. (2007). *Preto e Branco: a naturalização da discriminação racial*. Oporto: Campo das Letras.
- Castelo, C. (2007). *Passagem para África: O povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole (1920-1974)*. Porto: Afrontamento.
- Dailey, A. B., Kasl, S. V., Holford, T. R., Lewis, T. T., & Jones, B. A. (2010). Neighborhood- and individual-level socioeconomic variation in perceptions of racial discrimination. *Ethnicity and Health, 15*(2), 145–163.
- Dion, K. L., & Kawakami, K. (1996). Ethnicity and perceived discrimination in Toronto: another look at the personal/group discrimination discrepancy. *Canadian Journal of Behavioural Science, 28*(3), 203–213.
- Essed, P. (1991). *Understanding everyday racism: an interdisciplinary theory*. Newbury Park, CA: Sage.
- Goto, S. G., Gee, G. C., & Takeuch, D. T. (2002). Strangers still? The experience of discrimination among Chinese Americans. *Journal of Community Psychology, 30*(2), 211–224.
- Lages, M., Policarpo, V., Marques, J. C., Matos, P. L., & António, J. H. C. (2006). *Os imigrantes e a população portuguesa: imagens recíprocas: análise de duas sondagens*. Lisbon: ACIME.
- Lima, M., & Vala, J. (2004). Racismo e democracia racial no Brasil. In J. Vala, M. Garrido & P. Alcobia (Eds.), *Percursos da Investigação em Psicologia Social e Organizacional* (pp. 233–253). Lisboa: Colibri.
- Machado, F. L. (2000). Os novos nomes do racismo: especificação ou inflação conceptual? *Sociologia Problemas e Práticas*(33), 9–44.
- Machado, F. L. (2002). *Contrastes e continuidades: migrações, etnicidade e integração dos guineenses em Portugal*. Oeiras: Celta.
- Marques, J. F. (2007). Do não racismo português aos dois racismos portugueses. Lisbon: ACIDI.
- Matthews, K. C. (2006). Perceiving Discrimination: Psychological and Sociopolitical Barriers. *Journal of International Migration and Integration, 7*(3), 367–388.
- Memmi, A. (1993). *O Racismo*. Lisboa: Caminho.
- Mendes, M. M. (2007). *Representações face à discriminação: Ciganos e Imigrantes Russos e Ucrânicos na Área Metropolitana de Lisboa, doctoral thesis*. Lisbon: Institute of Social Sciences, University of Lisbon.
- Mesch, G. S. (2002). Residential concentration and participation in local politics: the case of immigrants of the FSU in Israel. *Journal of International Migration and Integration, 3*(2), 157–177.
- Miles, R. (1989). *Racism*. London: Routledge.
- Miles, R., & Brown, M. (2003). *Racism*. London: Routledge.
- Moscovici, S. (1988). Notes towards a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*(13), 211–250.
- Neto, F. (2006). Psycho-social predictors of perceived discrimination among adolescents of immigrant background: A Portuguese study. *Journal of Ethnic and Migration Studies, 32*(1), 89–109.
- Neto, F. (2010). *Portugal intercultural: aculturação e adaptação de jovens de origem imigrante*. Oporto: Legis.
- Oommen, T. K. (1994). Les relations entre race, ethnicité et classe. *Revue Internationale des Sciences Sociales*(139), 101–111.
- Paradies, Y., & Cunningham, J. (2009). Experiences of racism among urban Indigenous Australians: findings from the DRUID study. *Ethnic and Racial Studies, 32*(3), 548–573.

- Pérez, D. J., Fortuna, L., & Alegría, M. (2008). Prevalence and Correlates of Everyday Discrimination Among U.S. Latinos. *Journal of Community Psychology*, 36(4), 421–433.
- Pettigrew, T. F. (1998). Reactions toward the new minorities of western Europe. *Annual Review of Sociology*, 24, 77–103.
- Pettigrew, T. F., Wagner, U., & Christ, O. (2010). Population Ratios and Prejudice: Modelling Both Contact and Threat Effects. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 36(4), 635–650.
- Rodrigues, A., Sousa, E., & Marques, J. (1986). A representação social de “justiça” em Portugal: uma análise psico-social da percepção do aparelho judiciário. *Análise Psicológica*, 3-4(4), 377–460.
- Rodrigues, W., Amor, T., & Matias, C. (2005). *Diagnóstico Social do Concelho de Sesimbra*. Lisboa: Centro de Estudos Territoriais - ISCTE.
- Saint-Maurice, A. (1997). *Identidades reconstruídas: cabo-verdianos em Portugal*. Oeiras: Celta.
- Sardinha, J. (2011). Highlighting the contrasts, downplaying the divergences: insertion and visibility tactics of Brazilians in Portugal. *Ethnic and Racial Studies*, 34(6), 986-1005.
- Simões, E. (2007). Representações sociais da escola rural de meados do século vinte em Portugal. *Análise Psicológica*, 2(15), 211–228.
- Smelser, N., & Bales, P. (Eds.). (2001). *International encyclopaedia of the social and behaviour sciences, volume 19*. Oxford: Elsevier 12 681–12 684; 12 694–12 706; 12 716–12 723.
- Tabloni, S. (2001). Il n’y a pas de différence sans égalité. In M. Wiewiorka & J. Ohana (Eds.), *La Différence Culturelle. Une reformulation des débats* (pp. 73–84). Paris: Balland.
- Taguieff, P.-A. (1987). *La force du préjugé. Essai sur le racisme et ses boubles*. Paris: La Découverte.
- Taguieff, P.-A. (Ed.). (1991). *Face au racisme*. Paris: La Découverte.
- Torre, C. D. L. (1999). Everyday forms of racism in contemporary Ecuador: the experiences of middle-class Indians. *Ethnic and Racial Studies*, 22(1), 92—112.
- Vala, J. (1999). *Novos racismos: perspectivas comparativas*. Oeiras: Celta.
- Vala, J. (Ed.). (2003). *Simetrias e identidades: jovens negros em Portugal*. Oeiras: Celta.
- van den Berghe, P. (s.d.). In D. Levinson & M. Ember (Eds.), *Encyclopedia of Cultural Anthropology vol.3* (pp. 1054-1058).
- Ward, C., & Masgoret, A.-M. (2006). An integrative model of attitudes toward immigrants. *International Journal of Intercultural Relations*, 30(6), 671–682.

## Fontes

INE [www.ine.pt]

SEF [www.sef.pt]